

# O DISCURSO SOBRE CRIANÇA DE RUA NA DÉCADA DE 80

Fúlvia Rosemberg

Fundação Carlos Chagas  
PUC/SP

Nas últimas décadas tem-se observado uma mobilização mundial pela ampliação e aplicação dos direitos civis a crianças e adolescentes.

O desvelamento de condições degradantes, materiais e morais, em que vivem muitas crianças e adolescentes de países ricos e pobres tem suscitado a indignação e a busca de soluções entre aqueles que defendem a construção de uma Terra onde os direitos humanos sejam extensivos a todos seus habitantes.

Apesar de estudos em perspectiva histórica evidenciarem que manifestações de violência adulta contra crianças não são prerrogativa das sociedades contemporâneas, diferentes organizações sociais governamentais, não-governamentais, internacionais e inter-governamentais têm-se empenhado com afinco em denunciar a crueldade e extensão de situações específicas de risco em que vivem crianças e adolescentes, geralmente associadas a manifestações de violência adulta, coletiva ou individual, concreta ou simbólica, direta ou indireta. Os problemas levantados têm sido objeto de investigações, metas de políticas públicas, estímulo à solidariedade coletiva e bandeiras para campanhas de mídia.

Porém, este esforço de sensibilizar a opinião pública quanto à violência a que são expostas crianças e adolescentes, principalmente dos países subdesenvolvidos, gerou uma retórica específica, que vem percorrendo o mundo, e que, no seu esforço de convencimento, muitas vezes incorpora diagnósticos catastróficos, inverossímeis, distantes da realidade, estigmatizadores de famílias, crianças e adolescentes pobres, e inadequados enquanto balizas para a ação.

Seria importante descrever e analisar a retórica criada em torno de pelo menos três expressões que, geralmente associadas, apresentam os mesmos componentes e possivelmente se originam de processos semelhantes: crianças de rua, prostituição infantil e abuso de drogas infanto-juvenil. Porém, tratá-los em profundidade escapa aos objetivos deste texto que apenas se propõe a abrir um debate, ponto de partida para reflexões e pesquisa futura<sup>1</sup>.

Optei, então, por apresentar algumas observações iniciais sobre a categoria "criança de rua" pela grande visibilidade que teve durante a década de 80.

### O UNICEF E AS ESTIMATIVAS MUNDIAIS

Sem dúvida, a divulgação de uma retórica sobre criança de rua encontrou no UNICEF um de seus principais arautos durante a década de 80.

Em 1981, o então assessor do UNICEF em Nova York sobre questões relacionadas a crianças abandonadas e sem família, Peter Taçon, trouxe a público o que talvez tenha sido a primeira estimativa mundial de crianças de rua: "Talvez não existam crianças mais intensamente exploradas e abusadas em nosso mun-

<sup>1</sup> Uma pesquisa sobre este tema necessitaria, entre outros componentes, apoiar-se em levantamento sistemático das fontes, que se encontram espalhadas por diferentes centros internacionais, cujo acesso se torna muito difícil para pesquisadores latino-americanos.

do atual do que aquelas que são forçadas a sobreviver nas ruas da cidade — descendência de milagres econômicos e tragédias humanas. Qualquer estimativa razoável poderia avaliar seu número em torno de cem milhões — e é possível que metade delas vivam na América Latina” (Taçon, 1981. p.13).

Desse texto, dois componentes merecem destaque: a exorbitância da cifra que permanecerá até quase o final da década nessa ordem de grandeza e as determinações econômicas e familiares, estas últimas evidenciadas no texto de Taçon pela alegoria das crianças de rua serem descendentes do milagre econômico e da miséria humana.

Os cem milhões estimados por Taçon caem para 70 milhões no “mundo subdesenvolvido” no livro escrito por Maggie Black sobre a história do UNICEF, e a categoria criança de rua ganha sofisticação, sendo-lhe atribuída a condição de “situação familiar irregular”, que expande para além da rua o contexto de vida, acentuando a origem familiar de suas dificuldades. “Indivíduos, organizações voluntárias e departamentos governamentais preocupados estimam que, aproximadamente, 70 milhões de crianças no mundo em desenvolvimento entrariam na ampla definição de ‘situação familiar irregular’ significando que vivem total ou virtualmente sem apoio parental (...) Dentre estas crianças, 40 milhões vivem na América Latina onde a industrialização foi mais intensa que na Ásia e África. Isto significa que um em cada cinco jovens latino-americanos e caribenhos vivem de um modo muito diferente da tradicional dependência de uma família e parentesco.” (Black, 1986. p.360).

Dois anos mais tarde, Cassie Landers, no artigo “A Cry for help: UNICEF response to street children in the third world”, depois de discutir a inconsistência das definições de criança de rua e as dificuldades de sua contabilização estatística, divulga uma estimativa elaborada pela Anti-Slavery Society em 1985, onde a cifra cai para 30 milhões, mantendo a proporção de metade das crianças viverem na América Latina. A autora afirma: “Considerando taxas de mortalidade infantil, taxas de urbanização e densidade populacional, e estimando o número de crianças economicamente ativas em áreas urbanas, gerou-se uma estimativa ligeiramente acima de 30 milhões de crianças de rua no mundo. A distribuição geográfica da situação indica uma concentração na América Latina, onde residem aproximadamente metade das crianças de rua do mundo. Os países mais afetados são sociedades com rendimentos medianos, tais como o Brasil, a Colômbia e o México” (1988. p.37).

Alguns anos mais tarde, na difundida publicação do UNICEF *As crianças das Américas*, as estimativas se mantêm na cifra dos 15 milhões para a América Latina na página 7, caindo porém, para 8 milhões algumas páginas adiante: “cálculos exatos não são disponíveis, mas segundo estimativas mínimas, cerca de 15 milhões de crianças, aproximadamente a décima parte da população de 6 a 18 anos, lutam por sua sobrevivência na rua” (UNICEF, 1992. p.7)<sup>2</sup>. “Não se conhece com exatidão quantas crianças da América

Latina e do Caribe se encontram em circunstâncias especialmente difíceis, porém estimativas globais dão indícios de sua gravidade: 6 a 8 milhões de crianças maltratadas ou abandonadas; 30 milhões de crianças trabalhadoras; 8 milhões de crianças na rua...” (UNICEF, 1992. p.18, quadro 6).

O curioso dessas divulgações de cifras através de publicações, produzidas e publicadas por profissionais com vínculo de trabalho com o UNICEF, é que cada estimativa não discute ou analisa as anteriores e, muitas vezes, como nesse último texto, deixam de mencionar fontes, procedimentos de coleta, justificativas para os cálculos efetuados.

A legitimidade que o UNICEF usufrui perante o público, sua penetração na mídia internacional, e a personalidade carismática de Taçon (segundo relato de pessoas que o conheceram) foram garantia para a crença inquestionável neste número que logo se tornou manchete de jornais importantes: “UNICEF faz o que pode para auxiliar as 40 milhões de crianças latino-americanas abandonadas”, escrevia o *New York Times* em 7 de setembro de 1983 (apud Lusk, 1989. p.75), citação em teses acadêmicas nos EUA (Aptekar, 1988, p.XIV)<sup>3</sup>, ou em livros de divulgação na Europa (Engelmann, 1986. p.42). Revistas acadêmicas conceituadas, como a norte-americana *Anthropology & Education Quarterly*, não hesitaram em publicar artigos que divulgam estimativas que não resistem ao tirocínio nem mesmo do senso comum: após mencionar as cifras de 40 milhões divulgadas por Taçon em 1981 e 1983, Lewis Aptekar comenta em artigo publicado pela citada revista: “Embora a América Latina tenha apenas 10% da população mundial de crianças, ela conta com aproximadamente 50% das crianças de rua. O número de crianças de rua da América Latina é igual à população total da Colômbia e de toda América Central” (Aptekar, 1991. p.326).

Sylvie Brunel (1991), no livro extremamente instigante *Une tragédie banalisée: la faim dans le monde*, descreve e comenta a retórica sobre a fome no Terceiro Mundo produzida e divulgada por agências internacionais. Contestando as cifras divulgadas sobre a fome no mundo (lembrar que a autora pertence a uma importante ONG de combate à fome, a Action Internationale contre la Faim), a autora usa a expressão “*escroquerie internationale*” para qualificar o comportamento de produtores da cifra de 50 milhões de famintos no mundo. Mais adiante, discute as cifras divulgadas pelo UNICEF: “é impossível que 40 milhões por dia e 15 milhões por ano morram de fome e

2 É esta cifra que a *Folha de S. Paulo* divulgou em manchete, citando Marta Mauás, diretora do UNICEF para a América Latina. (*Folha de S. Paulo*, 10/11/92, p.3-4).

3 “Não importa como sejam denominadas, elas são habitadas nas ruas da Colômbia e outras cidades latino-americanas. UNICEF estima que em 1983 (sic) existiriam 40 milhões de crianças vivendo nas ruas de cidades latino-americanas” (Taçon, 1981 a 1981b apud Aptekar, 1988, p.XIV). Observação: as datas 1983 como estimativa e 1981 como referência bibliográfica se encontram no original.

doença no mundo, como escreve o UNICEF. Demógrafos também calcularam que o número anual de mortes de crianças com menos de quatro anos, considerando-se todas as causas — e englobando países desenvolvidos e subdesenvolvidos —, chega a aproximadamente 9 milhões. Como poderiam as mortes por fome exceder em mais de 5 milhões o número total de crianças na terra?” (Brunel, 1991. p.35).

## MENINOS(AS) DE RUA NO BRASIL

Simultaneamente às estimativas mundiais e sobre a América Latina, pessoas e instituições brasileiras e estrangeiras avançaram estimativas sobre crianças abandonadas no Brasil, muitas vezes identificadas também como crianças “carentes” e “de rua” e, mais recentemente, “trabalhadores infantis”. Assim, criança carente, abandonada, trabalhadora, de rua, foram expressões usadas indiscriminadamente por muitos durante a década de 80, unificando, sob o mesmo rótulo simplificador, a diversidade de situações de vida de crianças e adolescentes empobrecidos. Criança de rua consistiu, para alguns, um sinônimo de pobreza. Nesse contexto de imprecisões conceituais, as estimativas variaram de 49,6 milhões a 1 milhão no período compreendido entre 1982 e 1993.

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi uma das instituições nacionais que mais produziu cifras no período, tradição que vem se repetindo com sua sucessora, o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), desta feita principalmente em torno de meninas prostitutas (veja mais adiante). Apesar da má fama que a FUNABEM usufruía no período, suas cifras foram divulgadas por publicações e profissionais em franca oposição ao governo.

Assim, em 1985, o encarte da publicação *Retrato do Brasil* (dez. 1985) divulgava as estimativas da FUNABEM de que existiriam no Brasil 7 milhões de “menores” abandonados (20% do total de menores carentes) dos quais “a FUNABEM só atende 6%”, mencionando como fonte uma entrevista concedida pelo então presidente daquela instituição, Nelson Alves Aguiar ao *Diário Popular*.

A FUNABEM manteve durante a década a tradição de empregar a expressão “criança abandonada” e de divulgar estimativas através de seus presidentes. Assim, Marina Bandeira, então presidente da FUNABEM em 1987, afirmava em entrevista à revista *Tempo e Presença*: “A OEA calcula 25 a 30 milhões de crianças abandonadas ou filhos de famílias de baixa renda. A UNICEF refere-se a cerca de 28 milhões. A FUNABEM fixa o número de 25 milhões. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito apontou 32 milhões, cifra esta equivalente à população da vizinha Argentina” (Bandeira, 1987. p.21).

A mesma revista, quatro anos depois, em artigo assinado por Lígia Costa Leite, veiculava outras cifras. “Em 1975, havia 25 milhões de menores carentes e dois milhões de abandonados no país. Em 1982, a

FUNABEM constataria que eram 36 milhões de abandonados. Em 1989, o IBGE e o UNICEF calculam que o número havia crescido para 49,6 milhões, o que corresponde a quase 87% da população infantil brasileira.” (Leite, 1991. p.13). Como foi assinalado anteriormente, não há qualquer preocupação da revista em conferir informações, ou esclarecer ao leitor como se poderia entender essa dança de números. Nem mesmo as instituições geralmente citadas como fonte produtora dos dados vieram a público para contestá-los. Pobres, carentes, abandonados foram adjetivos sistematicamente empregados como sinônimos no período.

Cifras bastante diversas eram publicadas em 1988 pelo número de lançamento do jornal *O Grito*, órgão de divulgação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil (MNMMR). “Estimativas extra-oficiais indicam que, aproximadamente, 45 milhões de crianças e adolescentes brasileiros sobrevivem em condições subhumanas. Desse total, 12 milhões de abandonados nas cidades e nos campos e cerca de oito milhões, sem qualquer vínculo familiar, disputando as ruas, especialmente nos centros urbanos”... (*O Grito*, 1988. p.1).

Alguns anos mais tarde, um texto assinado por Sonia Carvala, do próprio Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, citando como fonte a CBIA, divulga nova estimativa: existiriam 7 milhões de crianças de rua no país (MNMMR, 1991. p.1).

Uma Argentina, um Camboja ou um estado de São Paulo habitados por meninos de rua do Brasil foram comparações habitualmente usadas pela mídia e por especialistas pondo em cheque o discernimento de pessoas esclarecidas. Nesse mercado de cifras, nem mesmo a academia brasileira deixou de construir suas estimativas. O trecho é longo, mas vale a pena ser citado para que se apreenda o poder de persuasão da retórica catastrófica. “Com base em dados compilados pelos demógrafos brasileiros Maria Helena Henriques e Nelson do Valle Silva” (Henrique et al., 1989. p.7) no livro *Adolescentes de hoje país de amanhã*, encontramos a descrição da metodologia que originou estimativa de 585 mil adolescentes de 10 a 19 anos de sexo masculino que viveriam nas ruas do Brasil. Apesar da queda brutal no número, quando comparado ao emitido por outras fontes, a arbitrariedade dos procedimentos é da mesma natureza.

“Uma estimativa da proporção de desabrigados também pode ser feita de outra forma. Sabemos, a partir da PNAD-84, que da população total de 10 a 19 anos de idade (26 milhões), 41 por cento (10,6 milhões) vivem com uma renda per capita inferior à metade do salário mínimo, e que 5,9 milhões desses últimos vivem em áreas urbanas. A partir da suposição bastante arbitrária de que um quinto dos adolescentes do sexo masculino desse grupo são desabrigados, chegaríamos a uma estimativa de 585.000 adolescentes de 10 a 19 anos de idade de áreas urbanas que vivem nas ruas. Contudo, essas duas estimativas devem ser consideradas mínimas e nenhuma delas leva em conta a possibilidade de que muitos

meninos com menos de 10 anos e algumas meninas também se encontrem desabrigados" (Henrique et al., 1989. p.35, grifos meus).

Que racionalidade permitiu avançar uma estimativa, mesmo qualificada como "arbitrária", baseada em um quinto da população juvenil e não um terço, ou todos, ou nenhum, não sabemos. O texto não oferece qualquer pista para entendermos as razões que permitiram escolher estes procedimentos de cálculo.

O UNICEF se constituiu, também, na instituição internacional mais freqüentemente citada como produtora de dados sobre crianças de rua no Brasil, em textos que ela mesma (ou profissionais trabalhando para ela) publicou ou que foram divulgados por terceiros.

Taçon, quando consultor-regional do UNICEF, emitia a seguinte opinião divulgada pelo *O Globo* em 28 de março de 1982: "segundo ele [Pedro Taçon] existem cerca de 40 milhões de menores abandonados em toda a América Latina, cerca de 20 milhões dos quais no Brasil" (*O Globo*, 28/3/82. p.9).

Quatro meses mais tarde, ainda em 1982, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicava com exclusividade, segundo informava a notícia, um resumo do relatório de uma pesquisa elaborada pelo UNICEF onde se afirma que "Entre os menores brasileiros de sete a 17 anos de idade, mais de um quinto são 'meninos de rua': não trabalham nem estudam".

Essa matéria merece um pouco mais de atenção: tal relatório, atribuído ao UNICEF explicita, logo no início da década de 80, uma das metodologias usadas para cálculo: são considerados "meninos de rua" crianças e adolescentes declarados como não estudando e não trabalhando, na faixa de idade dos 7 aos 17 anos. Ora, qualquer pessoa que conheça medianamente o Brasil levantaria, de imediato, uma objeção que, de início, cortaria a cifra aproximadamente pela metade: pelo menos para crianças e adolescentes brasileiras de sexo feminino a ocupação em "afazeres domésticos", isto é, permanecer exatamente em casa (e não na rua) constitui uma prática cultural bastante difundida e só recentemente captada nos levantamentos censitários. A continuação dessa matéria publicada pelo *O Estado de S. Paulo* evidencia como o prestígio que uma instituição internacional como o UNICEF usufrui junto à mídia no cenário mundial pode imobilizar a autonomia de reflexão dos leitores de suas publicações, absorvendo e divulgando mensagens contraditórias: "a situação de 'meninos de rua' não melhorou muito nos últimos anos: entre 1970, eram 26,76% dos menores de sete a 17 anos, chegando a 20,63% em 1977, mas o UNICEF garante que eles **umentaram muito** até os dias atuais" (*O Estado de S. Paulo*, 18 de julho de 1982. Pasta 46.616, grifos meus). Por que teria diminuído o número entre 1970 e 1977 e, depois, aumentado novamente, constitui indagação sem resposta, a não ser a necessidade de adequação aos números anteriormente prefixados por Taçon que atribuiu ao Brasil a existência de 20 milhões de meninos de rua.

O UNICEF, em Nova York, através do livro de Maggie Black divulgava uma outra estimativa de crian-

ças de rua no Brasil: de um total de 30 milhões de crianças pobres, "cerca de 10% eram crianças cujo local para viver, comer, trabalhar e dormir era a rua, o mercado, os depósitos de lixo, os estacionamentos e prédios abandonados (...). No Brasil, estimou-se que três milhões de crianças atingiram o ponto final do ciclo quando encontravam-se completamente sós, sem lar ou parentes para cuidá-las, abertas à exploração pelos elementos mais viciosos da sociedade" (Black, 1986. p.367). Um ano depois, porém, o UNICEF corrige a cifra através do escritório brasileiro e estima que entre 7 e 10 milhões de "crianças" abaixo de 19 anos "usam a maior parte de seu tempo trabalhando ou vagando pelas ruas da Nação" (UNICEF, 1987. p.1). Esse relatório do escritório brasileiro do UNICEF é particularmente interessante porque estende a conceituação de criança para pessoas tendo 19 anos.

Um fato curioso é a confrontação dessas estimativas com aquelas divulgadas, um ano mais tarde, por Cassie Landers, nas quais o limite superior de dez milhões no relatório da UNICEF do Brasil passa a limite inferior: "O Brasil se vê diante da questão crítica de crianças de rua abandonadas ou semi-abandonadas. Estimativas **conservadoras** atingem cifras superiores a dez milhões e o número parece crescer rapidamente" (Landers, 1988, p.38, grifo meu). Difícil entender o que seriam crianças semi-abandonadas.

A transformação mágica de conceitos e cifras dos números criados no Brasil, ao serem divulgados nos países desenvolvidos, também ocorreu através da mídia. Um exemplo: em 1981, o jornalista Carlos Alberto Luppi havia escrito em seu livro *Agora e na hora da nossa morte: o massacre do Menor no Brasil* que: "Até o final do século, a continuar esta perspectiva, o Brasil terá 210 milhões de habitantes; 80 milhões de carentes e marginalizados, dos quais 60 milhões de menores em péssimas condições de vida" (Luppi, 1981. p.157). Essa frase, divulgada pelo jornal *Le Monde Diplomatique*, em 1986, passou a ser: "a onda de abandono de crianças na rua adquire assim toda a sua medida econômica, mas também política e humana. O que será dessas crianças sem a mínima educação? E dos filhos dessas crianças? Se nada mudar, no Brasil do ano 2000, haverá 80 milhões de crianças nas ruas conforme escreve Carlos Luppi no *Massacre do Menor*".

Outras instituições internacionais conceituadas, como a Anistia Internacional, veicularam as mesmas cifras astronômicas, sem a preocupação, que em outros campos lhe é peculiar, de citar fontes, procedimento que constitui a garantia de seu prestígio e credibilidade: "calcula-se que sete milhões de crianças vivem e trabalham nas ruas do Brasil. Algumas delas são arrastadas para uma vida de delitos sendo ladrões ou passadores (carreo, em espanhol) de drogas em bandos de delinquentes; outros ganham a vida a duras penas, mendigando, vendendo nas ruas ou remexendo os depósitos de lixo". (Enfoque, 1990. p.3-6).

A retórica dos anos 80, além da imprecisão conceitual e das superestimativas (fenômenos que se interligam), estigmatizou família, crianças e adolescen-

tes pobres. À dimensão epidêmica do fenômeno (como vimos falava-se em milhões), acrescentava-se uma descrição anedótica do que seria o comportamento típico dessa criança e de sua família, algumas vezes pomposamente batizada de "estudo de caso". A retórica é extraordinariamente semelhante àquela descrita por Carlini-Cotrin e Rosemberg (1991) em livros escolares sobre o uso/abuso de drogas. Oferecem-se informações estatísticas epidemiológicas sobre o uso de drogas (muitas vezes incluindo a amplíssima categoria "uso na vida") e ilustra-se através da condição de vida e deterioração humana do dependente, sugerindo o uso de uma retórica do convencimento. Vejamos alguns exemplos, no caso dos(as) meninos(as) de rua: o primeiro proveniente de uma dissertação de mestrado em saúde pública defendida na Universidade de Minnesota (EUA) em 1989; o segundo, de um relatório elaborado por uma comissão enviada ao Brasil pela Federação Internacional dos Direitos Humanos e pela Associação Internacional dos Juristas Democratas, com apoio do Movimento dos Juristas Católicos, o patrocínio da Redda Barna, entidade sueca, e o apoio oficial do Ministério da Justiça da Noruega.

"Neste exato momento, milhões de crianças no Brasil estão vivendo nas ruas e enfrentando grande sofrimento. Frequentemente, filhos de filhas de famílias pobres, geralmente tendo pais dependentes de drogas (*chemically dependent*). Podem ter sido abandonadas ou deixado suas casas por diferentes razões. Nas áreas mais pobres do país, como no Nordeste, podem ter sido vendidas para prostituição. Também podem ter sido abusadas em suas casas e fugido." (Olmene, 1989. p.18).

"Muitas personalidades já relataram o que acontece aos menores abandonados no Brasil. Trinta milhões segundo alguns, 32 a 36 conforme outros. Os rapazes se tornam **naturalmente** delinqüentes (roubo, assalto, ataque a idosos etc.) e as meninas são prostitutas com pouca idade" (Federação Internacional dos Direitos Humanos e Associação Internacional de Juristas Democratas, 1987. p.106, grifo meu).

Não é de estranhar, pois, que a partir do final da década de 80 comecem a ser divulgadas estimativas sobre prostituição infantil no Brasil: 5 milhões, segundo relatório de delegados da Associação Internacional de Juristas Democratas e Federação Internacional de Direitos Humanos (AIJD, 1986. p.29)<sup>4</sup>; 2 milhões, divulgados pelo Jornal *Mulherio* em 1987 citando como fonte o UNICEF. A cifra das 500 mil prostitutas infantis, que vem sendo veiculada por vários jornais, e com estardalhaço pelo jornalista Gilberto Dimenstein (1992), é referida a fontes diversas: ora o CBIA, ora o UNICEF, no mais das vezes sem a referência bibliográfica precisa. Até onde consegui apurar, a fonte da CBIA é uma reportagem do jornalista Carlos Alberto Luppi, publicada em 1987, que foi citada por Küchler em 1990, em texto publicado pelo CBIA, que passou a ser citada por Dimenstein (1992), como fon-

te produtora do dado e que foi reconhecida pelo jornal *A Folha de São Paulo* como sendo baseada em "levantamento confiável" (Pinheiro, 1992). Até onde ras-treei, não existe traço dessa pesquisa, ou de qualquer outra, que tenha encontrado esse ou qualquer outro número de prostitutas infanto-juvenis no Brasil, além do levantamento realizado pela Casa de Passagem no Recife sobre meninas e jovens em situação de rua (até 20 anos) e que chegou a números significativamente inferiores<sup>5</sup>.

A estimativa da prostituição infantil, que apenas menciono neste texto, apresenta a mesma frouxidão da base de cálculo: "segundo estimativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, há no país cerca de 10 milhões de prostitutas em atividades. UNICEF calcula em dois milhões o número de meninas entre 10 e 15 anos que se prostituí (...) caso a estimativa do UNICEF se aproxime da verdade, o Brasil tem aproximadamente 20% das meninas, na mencionada faixa etária, no exercício da prostituição. Embora se possa considerar o número de dois milhões uma superestimativa, não se pode provar que assim seja. Mas dividindo-se por dois a cifra do UNICEF, ter 10% da população feminina entre 10 e 15 anos na atividade de prostituta é excessivo" (Saffioti, 1989. p.81). De onde partiu a estimativa da UNICEF e por que dividi-la por dois, três, ou aceitá-la na totalidade, são perguntas que o texto não responde.

A inexorabilidade da trajetória de vida atinge quaisquer mães adolescentes, tidas como prostitutas efetivas ou potenciais: "os danos de uma gravidez precoce são inúmeros, ao corpo e psiquismo da jovem e produzem, geralmente, bebês prematuros e de baixo peso. Cria-se, aí, um círculo vicioso. Meninas desassistidas, econômica e psicologicamente, vão para a rua ou se tornam cedo jovens mães e, daí para sobreviver, muitas ingressam na prostituição. Os filhos gerados por essas mães, que amargaram uma gravidez difícil em termos de nutrição física e psíquica, serão parte irremediável da nova geração de crianças carentes". Os 'netos da rua', e o ciclo se repete (Küchler, 1990. p.4).

O intrigante é que a divulgação dessas estimativas ocorreu, no final da década de 80, simultaneamente à realização de contagens de crianças e adolescentes em situação de rua em algumas capitais latino-americanas e cidades brasileiras que chegaram a estimativas bastante baixas, mas que não conseguiram a mesma divulgação que as cifras astronômicas (ver Quadro).

4 O texto desse relatório menciona: "Segundo o relatório, o número de crianças prostitutas no Brasil atingiria ao redor de 5 milhões. Trata-se essencialmente de meninas entre 12 e 14 anos" (AIJD, 1986. p.29).

5 Em contagem realizada em 1991, a Casa de Passagem encontrou 1015 meninas, adolescentes e jovens (até 20 anos) caracterizáveis como estando em situação de rua no Recife (CBCA - Casa de Passagem, 1992), dentre os quais apenas uma parte geram renda através da prostituição.

QUADRO

Número de crianças e adolescentes identificados em situação de rua por pesquisas usando procedimentos induzidos pelo IBASE			
LOCALIZAÇÃO	ANO	HORÁRIO DE INÍCIO DA CONTAGEM	NÚMERO DE CRIANÇAS
Rio de Janeiro	1986	01:30 horas	429
	1990	23:00 horas 04:00 horas	1099 692
Fortaleza	1987	08:00 horas	3421
		20:00 horas	1172
Salvador	1990	07:30 horas	2491
		19:30 horas	1502
		03:00 horas	146
São Luiz	1991	10:00 horas	1488
		16:30 horas	904
		00:00 horas	78
Porto Alegre	1993	17:30 horas	291
São Paulo	1993	15:30 horas	4520
		02:00 horas	895

AS PESQUISAS

A construção da retórica sobre “crianças de rua” conviveu, pelo menos desde a segunda metade da década de 80, com um tímido, mas persistente, questionamento público enunciado por alguns pesquisadores. Alguns de nós, por trabalharmos frequentemente com dados populacionais sobre infância e adolescência no Brasil, em temas como educação e trabalho, talvez tivéssemos uma outra percepção do significado dessas estimativas que chegavam à ordem das dezenas dos milhões. Além disso, analisando e coletando informações para além dos limites da “violência”, da “marginalidade”, ou da “situação de risco”, deparávamos com uma pluralidade de modos de organização das famílias pobres, de relacionamento entre pais e filhos em famílias empobrecidas que apontavam a insensatez do modelo, então hegemônico, que identificava a família pobre ao abandono dos filhos e à promiscuidade sexual e modelos que associavam, inexoravelmente, a infância e adolescência pobres às crianças de rua<sup>6</sup>.

Porém, mais importante que essas indicações indiretas, algumas pesquisas específicas foram sendo realizadas durante a década de 80 e passaram a fornecer parâmetros mais seguros para as estimativas. Em primeiro lugar, merece ser citado o Suplemento do Menor da PNAD 1985, que levantou informações sobre vários aspectos da condição de vida das crianças e adolescentes (0 a 17 anos) que viviam nas regiões metropolitanas brasileiras.

Por se tratar de uma pesquisa com apoio em amostra domiciliar, as informações coletadas pela PNAD 85 ofereciam apenas indicadores indiretos sobre a extensão do fenômeno abandono de crianças e adolescentes, e, evidentemente, nenhuma informação direta sobre meninos(as) de rua. Mas 1985 era ainda uma época em que textos estrangeiros e na-

cionais consideravam que meninos de rua eram crianças abandonadas, distinção que só foi ocorrer mais para o final da década, quando se introduziram diferenciações de significado nas expressões “meninos na rua” (os que permanecem temporariamente na rua com vínculo familiar) e “meninos de rua” (os que permanecem na rua e que perderam, parcial ou totalmente, o vínculo familiar).

O Suplemento Menor da PNAD 85, que levou muitos anos para ser publicado<sup>7</sup>, divulgaria que nas regiões metropolitanas poucas crianças e adolescentes viveriam sem vínculo familiar (da mãe, do pai ou de outro parente). Assim, Rosa Ribeiro comentava, em 1988, que a primeira surpresa causada pelos dados coletados pelo Suplemento Menor foi a constatação de que a porcentagem de crianças e adolescentes morando longe de suas mães era bem menor que a esperada: 4,2% (Ribeiro, 1988. p.18). Além disso, destas crianças e adolescentes que não viviam em companhia da mãe, um número expressivo vivia com o pai ou outros parentes (85,5%).

Paradoxalmente, essa informação foi pouco difundida e o Suplemento Menor não tem entrado em nenhum dos *Perfis Estatísticos de Mães e Crianças no Brasil* que o IBGE vem publicando em convênio com o UNICEF desde 1982.

Outras pesquisas foram produzidas no final da década de 80, agora contando meninos(as) e adolescentes que vivem em situação de rua em várias cidades brasileiras e latino-americanas, revelando números bastante baixos, geralmente não superiores à

6 Vejam-se, por exemplo, alguns estudos antropológicos do período como os de Jerusa Gomes (1991, 1992) que descrevem concepções de infância e família entre famílias pobres.

7 O corpo da PNAD 85 foi publicado em 1986 e o Suplemento Situação do Menor foi publicado apenas em 1988.

dezena de milhar mas que continuavam a conviver, lado a lado, com as estimativas catastróficas dos milhões junto à mídia e em publicações de agências de fomento.

Essas contagens de meninos(as) e adolescentes em situação de rua (vide quadro anterior) usam procedimentos de pesquisa muito próximos, desenvolvidos inicialmente pelo IBASE, e que consistem na contagem simultânea por equipes treinadas, em roteiros pré-determinados de uma cidade, de crianças e adolescentes tendo aparência e desenvolvendo atividades características de meninos(as) e adolescentes em situação de rua (IBASE, 1992).

Os procedimentos de contagem não permitem que se chegue à conclusão sobre o número real de crianças e adolescentes em situação de rua mas a um número bastante aproximado. Com efeito, a classificação na categoria deixa sempre uma margem de ambigüidade, seja na delimitação da faixa etária superior (jovens adultos acima dos 18 anos podem ser confundidos com adolescentes), seja na identificação da própria condição de criança e adolescente em situação de rua, além do caráter temporário, algumas vezes episódico, de crianças e adolescentes usarem a rua como local principal de socialização.

Ao lado das contagens, no final da década de 80, foram realizadas também algumas pesquisas em cidades brasileiras sobre o perfil de meninos(as) e adolescentes em situação de rua. Duas publicações recentes resumem parte dessas publicações (Rizzini e Rizzini, 1991; Pilotti e Rizzini, 1993).

Novamente a análise desses textos provoca o espanto: apesar das revisões se proporem a estabelecer perfis, diluem ou omitem a discussão sobre as contagens. Discutem-se, em profundidade, vários componentes do perfil dessas crianças e adolescentes, mas sonega-se a informação de quantos seriam<sup>8</sup>. Mais grave, se a cifra não está presente, usam-se expressões que qualificam a ordem de grandeza. O exemplo mais marcante provém do texto recente de Francisco Pilotti e Irene Rizzini (1993). Apoiado em ampla bibliografia (mais de 40 títulos) sobre criança pobre no Brasil, o texto dá destaque ao tema "meninos de rua" (usando metade de sua extensão). Descrevendo o perfil das crianças com base em pesquisas, não fornece qualquer informação sobre os números a que chegaram as contagens, mas afirma: "Uma das manifestações mais visíveis dos efeitos que a pobreza exerce sobre as famílias de baixa renda, e que, sem dúvida se intensificou durante a crise da década passada, é o número de crianças que abandonam temporariamente suas casas para perambularem pelas ruas das cidades. A presença **massiva** de crianças nas principais áreas urbanas da América Latina (...) o fenômeno dos chamados 'meninos de rua' apresenta um perfil **dramático** nos países do Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina..." (Pinotti e Rizzini, 1993. p.51, grifos meus).

A sugestão que faço de que a divulgação dos números revelados pelas contagens tem incomodado certos grupos e setores que trabalham na área não

constitui suspeita infundada: basta que se leia o texto referente ao seminário realizado pelo Centro João XXIII do Rio de Janeiro, em especial a comunicação de José Herbert de Souza (p.25) e as veementes críticas que recebeu de Volmer do Nascimento (p.32) pela realização e divulgação da contagem efetuada na cidade do Rio de Janeiro em 1992 que havia observado a presença de 787 crianças e adolescentes dormindo nas ruas do Rio de Janeiro (*Atualidades em Debate*, nº 16)<sup>9</sup>.

## REFLEXÕES FINAIS

Essa dança de números e de conceitos, exibida com estardalhaço por toda a década de 80 sobre crianças de rua e sobre prostituição infantil durante os anos 90, instiga a curiosidade na busca de sua compreensão e na análise de seu impacto.

Apesar de não ser objetivo deste texto desvendar as determinações de tal folia numérico-conceitual, vale a pena levantar pelo menos dois eixos interpretativos: as relações entre o Norte e o Sul na divulgação de informações e no exercício da filantropia moderna. Marco Alajmo, em texto recentemente publicado, avança uma análise promissora sobre a produção de informações por agências internacionais do hemisfério norte sobre o hemisfério sul pobre, para uso local, e que acaba "recriando" a realidade sulina à luz dos parâmetros de comunicação nortistas. Em outras palavras, Alajmo (1993) sugere que a informação é travestida em comunicação estereotipando a realidade que se propõe a descrever. "Quando um jornalista norte-americano ou europeu vai à Ásia, África ou América Latina, esbarra freqüentemente não com sua própria falta de vontade de compreender, mas com sua incapacidade (impossibilidade) de compreender. O mundo é visto em função da necessidade que o Ocidente tem dele" (Kassam, 1991 apud Alajmo, 1993. p.70). Neste processo de comunicação, o mundo subdesenvolvido é tratado como o outro, o exótico, comunicado (melhor que "descrito") com traços estereotipados: "cria-se, então, o estereótipo através do qual quer-se entender por completo o fenômeno do subdesenvolvimento. É o particular que inclui, contraditoriamente, o geral" (Alajmo, 1993. p.71).

Neste mundo em que não restam mais terras a serem desbravadas, o exótico, o outro, o mais distante é a criança pobre do mundo pobre. A criança de rua, experiência particular e circunscrita do subdesenvolvimento, se expande, não como símbolo ou metáfora do subdesenvolvimento, mas como sua identidade.

8 O texto de Irene Rizzini e Irma Rizzini (1991) menciona apenas a cifra encontrada em Salvador, apesar de utilizar as demais informações (sexo e atividade) das pesquisas ou contagens realizadas e ou assessoradas pelo IBASE.

9 A mídia do Rio de Janeiro também veiculou matérias contestando a contagem realizada pelo IBASE.

“Informa-se sobre a realidade em forma de fatos (delimitados no tempo) e situações (estendidas no tempo) por meio de imagens (...) Dados e números substituem os gestos e suas conseqüências. O número faz as imagens realizarem-se (...) conta-se sem explicar, realizando assim uma informação (não séria) sobre uma realidade obrigatoriamente ‘não séria’, para uma realidade ‘supostamente séria’”. (Alajmo, 1993. p.72-73).

Uma informação séria, neutra, desdramatizada não é notícia, não causa impacto, não é comunicação. A catástrofe fura o cerco da neutralidade. A concentração de notícias veiculadas no mercado internacional em torno de quatro agências (segundo Alajmo, as agências UPI, AP, Reuters e France-Press concentram 90% do noticiário), recriam o subdesenvolvimento para os próprios países subdesenvolvidos. “O subdesenvolvido avalia seu próprio subdesenvolvimento com os olhos e os paradigmas do desenvolvido” (Alajmo, 1993. p.74).

Análise semelhante foi usada por Sylvie Brunel (1991) no seu livro sobre a fome no mundo. No capítulo “A fome justifica os meios?” a autora assinala: “atingido no estômago por imagens chocantes de crianças esqueléticas, o Ocidente não reflete muito além dessa urgência que ele sente de forma brutal: é preciso fazer algo, e rápido (...) Esta reação imediata, generosa, mas, infelizmente, em geral desordenada na prática e incitada pela mídia — ‘mandem ajuda’ — é todo o comentário que acompanha as terríveis reportagens via satélite sobre a fome. Explicações? Raramente; não é fácil explicar em alguns segundos as causas profundas da fome (...) O Ocidente sente a fome como um ataque pessoal. Mas, para além dessa imagem, tranquilizadora para o doador, desses sacos de alimento, desses pacotes de lentilha, de farinha e de arroz que as crianças das escolas coletam para um Terceiro Mundo percebido globalmente como uma humanidade faminta, preste a tomar de assalto o Ocidente se este se mostrar muito egoísta ou indiferente” (Brunel, 1991. p.21).

Alajmo (1993) vai mais além em sua análise: considera que este tipo de informação (ou retórica de comunicação, digo eu) não toca apenas o social mas afeta a esfera político-administrativa das relações norte-sul, em especial a política de cooperação internacional. “Os financiamentos de governos estrangeiros a projetos de cooperação no Brasil, por exemplo, são destinados, quase totalmente às áreas dos índios, da Amazônia e da infância marginalizada” (Alajmo, 1993. p.77). Mais precisamente, os financiamentos considerados oportunos nesta década destinaram-se a programas dirigidos a crianças e adolescentes em situação de rua. Aqui, então, é possível refletir sobre o segundo eixo: a cooperação internacional norte-sul e o papel das ONGs.

Vivemos um momento em que a sigla ONG (Organizações Não-Governamentais) entrou definitivamente no vocabulário da modernidade brasileira, sem que se tenha ainda produzido, no país, um acervo crítico de conhecimentos e reflexões sobre os meandros

deste imenso mundo constituído pelo Terceiro Setor — fundações, organizações da sociedade civil, entidades beneficentes, etc. — onde circulam prestações de serviço, equipamentos, dinheiro, obrigatoriamente ideologias e poder. Alguns poucos seminários, algumas poucas pesquisas, uma pequena produção de textos e uma incipiente bibliografia constituem um pequeníssimo acervo nacional sobre a questão. Pois bem, sugiro que a retórica “crianças de rua no Terceiro Mundo” encontra pistas importantes para sua compreensão também no campo de conhecimentos sobre as relações entre países ricos e pobres mediadas pela nova onda do aporte da sociedade civil na condução de políticas públicas.

A retórica “crianças abandonadas e de rua” com que se vestiu a pobreza brasileira veicula imagens fortes, amedrontadoras, culpabilizantes, capazes de estimular impulsos altruístas e caridosos do hemisfério norte, desde que o dinheiro doado não seja destinado a governantes “corruptos que passam férias em Seychelles”.

Jorgen Lissner publicou, no final dos anos 70, uma pesquisa intitulada *The politics of altruism*, analisando, de dentro, a mecânica das agências doadoras do hemisfério norte, principalmente daquelas vinculadas às igrejas. Infelizmente, tivemos acesso no Brasil apenas a um resumo da pesquisa, de autoria de David Milwood (1977) recebendo título muito sugestivo: *The good samaritans: The politics of altruism in voluntary aid agencies*. Este texto me ofereceu pistas complementares às de Marco Alajmo para entender a retórica sobre criança de rua. O autor privilegia, em sua análise, dois pontos de partida: o auxílio a países do Terceiro Mundo atingiu proporções de uma grande indústria; o auxílio aos países do Terceiro Mundo é uma arte política, requerendo uma análise política, uma escolha política e um julgamento político. Ao comparar agências doadoras aos partidos políticos, Milwood (1977) assinala que ambos perseguem os mesmos objetivos: maximizar a influência de seus valores na opinião pública; maximizar o apoio da opinião pública (votos para os partidos, arrecadação de fundos para as agências); maximizar sua respeitabilidade e “força de alavanca”.

É na busca desses objetivos envolvendo poder que o autor insere sua análise sobre a propaganda elaborada pelas agências doadoras visando a maior arrecadação de fundos. Essa propaganda se apóia em algumas crenças, equivocadas segundo o autor: que as raízes da pobreza dos países do Terceiro Mundo residem no próprio Terceiro Mundo; que o auxílio estrangeiro não apenas alivia sintomas da pobreza mas ataca e destrói suas causas; que a melhor coisa que cidadãos do Primeiro Mundo podem fazer para acabar com a fome e a miséria é dar dinheiro para a ajuda externa. Esse ideário, apesar de questionado por determinadas agências doadoras, é o que propicia a veiculação de imagens catastróficas do Terceiro Mundo, estimuladoras da filantropia moderna.

Como se percebe, as análises de Alajmo (1993) e Milwood (1977) convergem para um ponto seme-

lhante: a criação de imagens capazes de chacoalhar o imaginário do Primeiro Mundo.

De nosso lado, a magnificência do problema (terível, sem dúvida, mas não generalizável) crianças de rua traz impacto semelhante: instituições governamentais e não governamentais lutam por orçamentos compatíveis com o tamanho do problema e notícias encontram um espaço para circulação na mídia nacional e internacional.

Qual o impacto desta retórica sobre crianças e adolescentes em situação de rua? Consigo apenas puxar alguns fios: desperdício de verbas nacionais e estrangeiras, que vêm sendo alocadas a programas específicos para "crianças de rua", dimensionando, de forma equivocada, sua extensão, em detrimento de projetos mais abrangentes para crianças e adolescentes pobres (os exemplos aqui seriam inúmeros); equívoco nacional na elaboração de políticas públicas que, ao identificarem crianças e adolescentes empobrecidos com crianças de rua, ou propõem programas para todos à luz de um segmento populacional específico e/ou deixam de propor e implantar medidas específicas que auxiliem este contingente de crianças e adolescentes. Também é possível destacar o freio que essa retórica pode impor à busca de soluções concretas e imediatas para crianças e adolescentes que permanecem na rua. O problema é tão imenso que não tem solução. O problema é tão generalizado que sua solução só ocorrerá através de transformações gerais e estruturais da sociedade brasileira, algo como uma revolução que acabe com a miséria. A identificação pobreza/criança de rua ignora que crianças e adolescentes em situação de rua constituem a manifestação de uma forma específica de expressão da pobreza urbana, em muitos casos temporária e sobre a qual se dispõe de poucos conhecimentos.

Perguntando-se se era legítimo exagerar a extensão da fome no mundo, Brunel (1991. p.50) conclui: "exagerando, acarretaram um efeito contrário, desencorajando aqueles que, sinceramente fariam qualquer coisa para lutar contra a fome. Muita gente está disposta a ajudar, de modo pontual, quando imagina que sua ação possa ser útil. Ao contrário, poucos aceitam

consagrar sua vida, sua energia ou mesmo apenas seus momentos de lazer a uma causa que, e é o caso da fome, parece eternamente ressurgir após ter sido combatida, como as cabeças da Hidra" (Brunel, 1991. p.50).

Porém, o efeito talvez mais nefasto é que esta retórica banaliza a violência, estigmatiza famílias, crianças e adolescentes pobres, podendo interferir na própria condição de existência de crianças e adolescentes em situação de rua. A imagem de adolescentes pobres que tem alimentado nosso imaginário, vem associando os homens à violência, criminalidade, droga adição e abuso sexual<sup>10</sup>; as mulheres à promiscuidade sexual, prostituição e abandono de filhos. Triste trópico!

Novos temas sobre situação de violência contra crianças e adolescentes estão entrando nas agendas internacional e nacional, principalmente depois da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente: o mau trato físico, o abuso sexual, a prostituição infantil, o uso de drogas, a gravidez entre adolescentes. Há riscos de que a história vivida na última década pela categoria criança de rua se repita no enfrentamento destes problemas, pois a violência contra crianças pobres é certamente a mais visível e chocante. Que sejamos precisos na conceituação e prudentes na elaboração de estimativas. A violência contra crianças e adolescentes é em si cruel e prescindida de retórica.

10 As estimativas de 5 milhões, 2 milhões ou 500 mil prostitutas infanto-juvenis remetem, obrigatoriamente, a um número inimaginavelmente alto de homens adultos brasileiros que abusariam sexualmente de meninas e adolescentes. Se a lógica que vem direcionando a construção destas estimativas sobre prostituição infantil fosse aplicada ao prostituidor, possivelmente a população masculina adulta brasileira estaria sob suspeita de, pelo menos uma vez em sua vida, ter "abusado sexualmente de menores", o que, no plano das políticas públicas, implicaria na extensão do judiciário, no desenvolvimento de programas para "reeducar o homem brasileiro" ou no aumento intenso de vagas nas prisões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marcio Moreira. Menor abandonado. *Tribunal da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1981.

APTEKAR, Lewis. *Street children of Cali*. Durham, North Carolina: Duke University Press, 1988.

ASSOCIATION INTERNATIONALE DES JURISTES DEMOCRATES. *Bulletin d'information sur les activités de l'AIJD em 1986*. Bruxelles: AIJD, 1986. p.29-30.

ATAIDE, Yara Dulce Bandeira. *Decifra-me ou devoro-te: história oral de vida dos meninos de rua de Salvador*. São Paulo: Loyola, 1993.

BANDEIRA, Marina. Marina Bandeira na Funabem: fazendo o possível. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n.208, p.20-2, mar./abr. 1986.

BAUDELOT, Christian, ESTABLET, Roger. *Allez les filles!* Paris: Editions du Seuil, 1992.

BELO HORIZONTE. Secretaria do Desenvolvimento Social. *Programa emergencial para meninos e meninas de rua*. Belo Horizonte, 1993. (Seminário de Política Social. Belo Horizonte, 16 mar. 1993).

BLACK, Maggie. *The children and the nations: the story of Unicef*. New York: Unicef, 1986.

BOXILL, Nancy A. *Homeless children: the watchers and the waiters*. New York: The Haworth Press, 1990.

BRASÍLIA (Distrito Federal). Secretaria do Desenvolvimento Social. Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. *Relatório do cadastramento de crianças e adolescentes que trabalham na rodoviária do Plano Piloto*. Brasília, 1991. (mimeo)

- BRUNEL, Sylvie. *Une tragédie banalisée: la faim dans le monde*. Paris: Hachette, 1991.
- BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1990.
- CARLINI-CONTRIM, Beatriz, ROSEMBERG, Fúlvia. Os livros didáticos e o ensino para saúde: o caso das drogas psicotrópicas. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 25, n.4, p.1-10, 1991.
- CARTA ABERTA aos democratas do Rio de Janeiro. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 24 out. 1986.
- CASA DE JOÃO E MARIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. *Contagem e mapeamento de meninos e meninas de rua de São Luiz-MA*. São Luís, 1991. (Projeto "Estrela da Rua"). (mimeo)
- CASTILHO, Inês. Prostituição. *Mulherio*, São Paulo, n.33, p.3-9, nov. 1987.
- CASTRO, Glória O. Menor entra na Funabem por abandono e sai delinqüente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jul. 1985.
- CENTRO BRASILEIRO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CASA DA PASSAGEM. *Meninas de rua do Recife: dimensão, trajetória e sobrevivência*. Recife: Casa da Passagem, 1992.
- CENTRO BRASILEIRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Relatório do I Encontro de meninas do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1990. (mimeo).
- CENTRO JOÃO XXIII. *Meninos de rua: tragédia ou grito de alerta?* Rio de Janeiro, s/d. (Cadernos, 16).
- CIELA. *Primeiro relatório da segunda pesquisa realizada pelo CIELA sobre meninos e meninas de rua do Recife: os que vivem e dormem na rua*. Olinda, 1993. (mimeo)
- DIÁZ, Adrian. *Menores en circunstancias especialmente difíciles: niños de la calle*. s/l, 1992. (Residencia en Salud Internacional, HPM/OPS).
- DIMENSTEIN, Gilberto. *Meninas da noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- DURHAM, Eunice R. Família e reprodução humana. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*, 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p.13-44.
- ENGELMANN, Henri. *Enfants perdus du Brésil*. Paris: Fayard, 1986.
- ESPÍNOLA, Basílica, GLAUSER, Benno, ORTIZ, Rosa Maria, CAZIRROSA, Suzana O. de. *En la Calle: menores trabajadores de la calle en Asunción*. Asunción: Callescuola, 1987.
- EX-ALUNOS da FUNABEM: profissionais mas sem emprego. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1982.
- EX-ALUNOS da FUNABEM dizem que ela falhou. *Útima Hora*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1984a.
- EX-ALUNOS da FUNABEM realizam ato público por menor carente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 out. 1984b.
- EX-ALUNOS da FUNABEM se reúnem toda semana para ajudar os que precisam. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 set. 1983.
- FASE/IBASE/IDAC/ISER. *Levantamento de meninas e meninos nas ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1992. (Relatório de Pesquisa - Projeto "Se essa rua fosse minha").
- FAUSTO, Ayrton, CERVINI, Ruben (orgs.). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, 1990.
- FEDÉRATION INTERNATIONALE DES DROITS DE L'HOMME. *Rapport de mission: la prostitution des enfants au Brésil*. Paris: FIDH, 1986, p.105-17.
- Folha de São Paulo*. 25 out. 1990.
- GOMES, Jerusa V. Do campo à cidade: as transformações nas práticas educativas familiares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.64, p.48-56, 1988.
- O GRITO. Brasília, n.0, jun. 1988. (Órgão de divulgação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil).
- GRUPO expulsa ex-alunos da Funabem de coreto em Quintino com pós-de-mico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 set. 1983.
- HALLAL, Júlia Curi et al. (coord.). *Projeto alternativas de atendimento a meninos de rua*. Rio de Janeiro, 1988. (mimeo)
- HENRIQUES, Maria Helena F.T. et al. *Adolescentes de hoje pais de amanhã*. Brasil. Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1989.
- IBASE. *Levantamento das crianças de rua*. Salvador/BA. Rio de Janeiro: IBASE, 1990. (Projeto Axé: Terra Nova - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua).
- IBASE. *Relatório do levantamento de crianças de rua*: Município de Fortaleza/CE. Rio de Janeiro: IBASE, 1988.
- KÜCHLER, Alita Diana. Menina... mãe... mulher. *Revista CIBIA*, Brasília, p.1-6, out. 1990.
- LANDERS, Cassie. A cry for help: UNICEF response to street children in the third world. *Children's Environments Quarterly*, v.5, n.1, p.37-42, spring 1988.
- LEITE, Lígia Costa. O Brasil dos invencíveis. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, p.13, jul./ago. 1991.
- \_\_\_\_\_. *A magia dos invencíveis: os meninos de rua na Escola Tia Ciata*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LUNIÉRE, Regina. Funabem: demissão de pedagogo causa polêmica. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1985.
- LUPPI, Carlos Alberto. *Agora e na hora da nossa morte: o massacre do menor no Brasil*. São Paulo: Brasil Debates, 1981. (Brasil Hoje; 4).
- \_\_\_\_\_. *A infância vendida*. *Revista Afinal*. 13 out. 1987.
- LUSK, Mark W., MASON, Derek T. Meninos e meninas "de rua" no Rio de Janeiro: um estudo sobre sua tipologia. In: RIZZINI, Irene (org.). *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993, p.153-73.
- LUSK, Mark W. Street children programs in Latin America. *Journal of Sociology and Social Welfare*, v.XVI n.1, p.55-77, 1989.
- MARTINS, José de Souza (coord.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MEDEIROS, Mariangela. *Rua dos meninos: emoções e esperanças na luta diária pela sobrevivência*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1992.
- MELLO, Almir Bezerra de. *Meninos e delinqüentes: estudo sobre os meninos de rua do Recife e menores infratores do Estado de Pernambuco*. Recife: CIELA, 1992.
- MÉXICO. Departamento del Distrito Federal. Comisión para el estudio de los niños callejeros. *Ciudad de México: estudio de los niños callejeros*. Ciudad de México, 1992.
- MILWOOD, David. *The good samaritans: the politics of altruism in voluntary aid agencies*. Genebra: Lutheran World Federation, 1977.
- MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. *Perfil do menino de rua: propostas alternativas*. São Paulo, 1991. (mimeo). (Texto apresentado à VI Conferência Brasileira de Educação. São Paulo, 6 de setembro de 1991).
- NEM anjo, nem demônio. *Isto é Senhor*, Rio de Janeiro, n.1045, p.62-6, 27 set. 1989.
- NIEDERGAN, Marcel. *Les 20 Amériques Latines*. Paris: Editions du Seuil, 1969. Tomos I e II.
- OLIVEIRA, Cleide de Fátima Galiza de. *Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Brasília: UNICEF, 1989.
- OLIVEIRA, Walter F. *Street kids in Brazil: an exploratory study of medical status, health knowledge and the self*. Minnesota, 1986. Dissert. (mestr.). University of Minnesota. Public Health.

- PEREIRA JÚNIOR, Almir, BEZERRA, Jaerson Lucas, HERINGER, Rosana (orgs.). *Os impasses da cidadania: infância e adolescência no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
- PEREIRA JÚNIOR, Almir, HERINGER, Rosana. *Experiência de contagem de meninos e meninas de rua*. Rio de Janeiro: IBASE, 1993 (Cadernos do Ibase; 9).
- PILOTTI, Francisco. El niño en las ciudades latinoamericanas. In: CARRION, Diego, VAINSTOC, Ana (comp.). *La ciudad y los niños*. Quito: Ciudad, 1987.
- PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. A (des)integração na América Latina e seus reflexos sobre a infância. In: RIZZINI, Irene (org.). *A criança no Brasil hoje: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993. p.41-65.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Cuiú-Cuiú é Auchwitz caboclo. *Folha de São Paulo*, 17 maio 1992.
- RAFAELLI, Marcela et al. *Sexual practices and attitudes of street youth in Belo Horizonte, Brazil*. New Brunswick, NJ: Rutgers University, 1992. (mimeo).
- RETRATO do Brasil: a situação da infância brasileira. São Paulo: Editora Política, 1985.
- RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. "Menores" institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. In: FAUSTO, Ayrton, CERVINI, Ruben (org.). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. UNICEF/FLACSO/Cortez/CBIA, 1991.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Gender subordination and literacy in Brazil. In: MALMQUIST, Eve (ed.). *Women and literacy development in the third world*. Linköping: Linköping University; UNESCO; SIDA, 1992, p.302-37.
- ROSEMBERG, Fúlvia, FERREIRA, Isabel. *Bibliografia anotada: organizações não governamentais e congêneres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.
- SAFFIOTI, Heleieth. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, M. Amélia, GUERRA, Viviane N. de A. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.
- SÃO PAULO (Estado). *Casa Aberta/Secretaria do Menor*. São Paulo: Secretaria do Menor, 1992. (Série Secretaria do Menor: 3 anos de experiência).
- \_\_\_\_\_. *Relatório quantitativo dos programas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: período de janeiro a maio de 1993*. São Paulo, 1993. (mimeo).
- STEPHENS, Sharon. *And a little child shall lead them: children and images of children at the UN conference on environment and development*. s/l., July, 1992. (mimeo).
- TAÇON, P. *My child minus one*. UNICEF document. 1981b
- \_\_\_\_\_. *My child minus two*. UNICEF document. 1981c
- \_\_\_\_\_. *My child now: an action plan on behalf of children without families*. UNICEF document. 1981a
- \_\_\_\_\_. *Regional program for Latin America and the Caribbean*. UNICEF document. 1983.
- \_\_\_\_\_. Sons and daughters of the street. *Ideas Forum*, n.10, p.13-4, 1980.
- UNICEF. *As crianças das Américas: sobrevivência, proteção e desenvolvimento integral da infância, na década de 1990*. Santafé de Bogotá, Colômbia: UNICEF, 1992.
- UNICEF. *To light a candle: What was attempted and what happened*. Brasília: UNICEF, 1987. (Final report of the alternative services for street children project — 1982-1986).
- VASCONCELOS, Ana. A prostituição de meninas e adolescentes no Recife. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n.258, p.22-3, jul./ago. 1991.
- VIEIRA, Maria Antonieta da C., BEZERRA, Eneida M. R., ROSA, Cleusa M.M. (orgs.). *População de rua: que é, como vive, como é vista*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo; Hucitec, 1992.
- YANNOULAS, Sílvia Cristina. A menina sai à rua. *Revista CEAP*, Rio de Janeiro, n.3, p.7-12, mar. 1993.